

Uma história regional da ditadura militar brasileira: João Agripino e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba

A regional history of the brazilian military dictatorship: João Agripino and the National Renewal Alliance (Arena) in Paraíba

Dmitri da Silva Bichara Sobreira*
<https://orcid.org/0000-0002-9080-607X>

Resumo

A ditadura militar brasileira instaurada após o golpe civil-militar de 1964 foi um regime autoritário longo e complexo, que envolveu diversas escalas de poder, entre elas os poderes federal e regional, ou estadual. A relação entre elas pode ser vista por diversos objetos de pesquisa, sendo neste artigo analisada a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) no estado da Paraíba. A Arena foi o partido político criado em 1966 pelo regime para lhe dar sustentação política nas instituições representativas, compondo o sistema bipartidário com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenharia uma função de oposição consentida pela ditadura. Diante de uma organização partidária de dimensões amplas, escolhemos abordar a atuação de João Agripino, político fundador da Arena no estado, que exerceu o cargo de governador entre 1966 e 1971 e a liderança da legenda ao longo de toda sua existência. Por meio da análise da trajetória de Agripino são identificadas suas vinculações com a cultura política brasileira, a qual nos ajuda a compreender seus comportamentos e posicionamentos políticos, que passam do nacional-desenvolvimentismo ao conservadorismo, bem como sua vinculação com o autoritarismo militar, interligando os anseios e interesses da política estadual com as determinações do governo federal.

Palavras-chave: Ditadura militar; Arena; Paraíba; João Agripino; Cultura política brasileira

Abstract

The Brazilian military dictatorship, established after the civil-military coup of 1964, was a long-lived and complex authoritarian regime which involved different layers of power on federal, regional and state levels. The relationship between them can be observed through several research objects; this article chose to analyze the performance of the National Renewal Alliance (Arena) in

* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: dmitri_bichara@hotmail.com

the state of Paraíba specifically. Arena was the political party created in 1966 by the regime to give it political support in representative institutions, composing the two-party system with the Brazilian Democratic Movement (MDB), a party that would play the role of opposition, as consented by the dictatorship. Faced with a broad-based party organization, we chose to address the performance of João Agripino, the founding politician of Arena in the state, who was its leader throughout its existence and Paraíba's governor between 1966 and 1971. Through the analysis of Agripino's trajectory, his ties with Brazilian political culture are identified, helping us to understand his behavior and political position, which move from national developmentalism to conservatism, as well as his ties with military authoritarianism, linking the aspirations and interests of state policy with the determinations of the federal government.

Keywords: Military dictatorship; Arena; Paraíba; João Agripino; Brazilian political culture

Introdução

A política estadual é parte fundamental para entendermos a forma como a cultura política brasileira influencia os destinos nacionais. É na escala regional de análise que muitas das personalidades que atuam no Congresso Nacional articulam seus interesses mais efetivos e compartilham as diversas características dessa cultura política – sejam a difusão de ideias, a realização de projetos de poder ou a simples ocupação de cargos públicos por si próprio ou para aliados.

Nesse sentido, a perspectiva regional vem sendo cada vez mais defendida entre os pesquisadores da História Política brasileira. Esses ressaltam a importância dos estudos sobre os acontecimentos da política estadual e municipal em importantes períodos da história brasileira, levantando questões que podem confirmar ou se contrapor a teses apresentadas nas pesquisas acerca de objetos ditos nacionais.

O Estado brasileiro conviveu sob os mais diversos regimes e sistemas políticos ao longo da História, e, em todos eles, pode ser apontada a importância daquilo que acontecia na escala regional para os destinos nacionais. Falando especialmente sobre os regimes autoritários instaurados no século XX, as pesquisas têm demonstrado que o poder local guarda sua relevância nessa relação com o hipertrofiado poder central, imposto pelas medidas ditatoriais. As ditaduras contemporâneas precisaram se relacionar com aqueles

que historicamente comandaram o poder local, mesmo em estados pequenos e aparentemente sem maior relevância política e econômica do país.

Foi baseando-se na lógica de relação entre o poder local e a ditadura militar brasileira instaurada em 1964, que desenvolvemos pesquisa sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba nos últimos dez anos. A Arena foi um partido político criado pela ditadura militar quando da instauração do sistema bipartidário no Brasil. Junto à Arena, encarregada de dar sustentação ao regime autoritário, nas mais diversas instâncias de poder, foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que desempenharia a função de uma oposição consentida.¹

Essa pesquisa se propôs a compreender a natureza do apoio de setores da classe política paraibana ao golpe de 1964, a forma como esses grupos de indivíduos se reorganizaram após a implantação do sistema bipartidário, bem como o modo pelo qual articularam seus interesses sobre os vários contextos aos quais foram submetidos os *arenistas* em quase quinze anos de existência do partido. Compreendendo as homogeneidades e as particularidades de cada uma das lideranças políticas filiadas à Arena na Paraíba.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar a relação entre a ditadura militar e a Arena na escala regional de análise, no caso, o estado da Paraíba. Cientes da impossibilidade de abordar toda a história do partido em um texto como esse, selecionamos a figura de João Agripino como condutor de nossa exposição. Agripino foi um político que desempenhou função de governador do Estado pelo partido nos anos 1966 a 1971, sendo uma das lideranças partidárias ao longo de toda a ditadura.

Quando selecionamos um indivíduo para abordar o partido não buscamos personalizar essa organização, de forma a limitá-la, mas estamos reconhecendo nessa liderança *arenista* um bom exemplo para entender a relação entre a ditadura militar e o poder local. Bem como não tomamos sua atuação e seus interesses políticos particulares como a história regional da Paraíba durante o regime autoritário. Fugindo de qualquer equiparação, a atuação de Agripino nos é proveitosa como uma forma de olhar para a dinâmica política da escala regional no período em questão.

¹ Sobre a Arena, a principal referência bibliográfica é o livro de Lúcia Grinberg, enquanto o trabalho de Maria Dalva Gil Kinzo é uma excelente contribuição sobre a trajetória do MDB. GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

A relação entre os militares e a classe política estabeleceu-se desde antes do golpe de 1964, quando políticos de parte significativa dos partidos participaram das articulações golpistas. Após o golpe, a classe política representada nas instâncias de poder – Congresso Nacional, governos estaduais e Assembleias Legislativas – saudaram os militares legitimando a ilegal tomada de poder ocorrida na madrugada do dia primeiro de abril. Seu apoio era importante para dar validade àquele movimento golpista, trazendo uma retórica democrática ao regime autocrático que estava sendo implementado.²

Ao longo dos vinte e um anos de ditadura, setores da classe política vivenciaram altos e baixos na sua relação com os militares, pois, ao mesmo tempo que esses precisavam dos políticos e das instituições democráticas para se legitimarem no poder, o regime implementou uma série de mudanças no sistema político nacional que afetou diretamente a atividade dessa classe. Através de Atos Institucionais e outros decretos arbitrários,³ mandatos eletivos foram cassados; extinguiu-se as antigas legendas partidárias que atuavam no país desde 1945 e foi imposto um sistema bipartidário.

Foram decretadas eleições indiretas para os cargos de presidente, governador, prefeito das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional, bem como para um terço dos senadores da República a partir de 1977. Houveram ainda momentos em que casas legislativas foram fechadas, sobretudo quando se demonstrou problemático o diálogo entre o comando ditatorial e os parlamentares para a aprovação de medidas oriundas do Executivo federal. Cabe destacar que muitas dessas deliberações, por mais limitadoras da atuação dos políticos – inclusive os da própria Arena –, contaram com seu apoio, pois viam essas medidas autoritárias como fundamentais para o projeto político que eles referendavam ou para seus próprios interesses particulares.

Todas essas mudanças interferiam na política estadual e, em algumas delas, a própria ditadura encontrava maneiras de contemplar seus aliados políticos na escala local. A exemplo das sublegendas, um mecanismo encontrado

² A ditadura militar brasileira, para legitimar-se no poder contou com o suporte de diversas instituições políticas, as quais agiram em defesa do golpe e do regime autoritário. Segundo Claudio Bezerra de Vasconcelos, em face dessa opção dos militares, estabeleceu-se um regime político híbrido, em que instituições liberais coexistiam junto a um autoritarismo progressivamente implementado no país. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): A preservação do Legislativo. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: vol. 9, nº 49, 2013, p. 333-358. Essa ideia de sistema híbrido também está presente na obra de Kinzo, op cit.

³ Ao todo foram 17 Atos Institucionais (AI) e mais de cem Atos Complementares (AC), leis ordinárias que complementavam os AI. Sobre a implementação desses atos, seu conteúdo e implicações para a sociedade brasileira, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

dentro do sistema bipartidário para que os grupos políticos antes distribuídos em um leque maior de legendas pudessem se filiar ao partido governista, sem que isso interferisse em suas disputas locais.⁴

Assim, quando analisamos esse sistema político forjado pela ditadura, percebemos a necessidade de se adentrar cada vez mais na escala regional, como forma de compreender sua complexidade. Em um país de dimensões continentais, essas análises guardam características e vicissitudes que pesquisas limitadas à instância nacional não contemplam.

Sobre a Arena, Lúcia Grinberg – em obra que se tornou referência para pesquisadores do tema –, ressalta que, mesmo a legenda tendo sido inventada pela ditadura, seus membros não o foram. A maioria dos *arenistas* tinha uma longa carreira política antes de se filiarem ao partido, fator que influenciou na sua atuação política pela legenda. Segundo a autora, é necessário ao pesquisador historicizar a Arena em suas análises, considerando a trajetória pregressa de seus membros, identificando suas vinculações políticas, ideológicas e os motivos que os levaram a se filiar a um partido aliado à um regime autoritário.⁵

Como muitas dessas características só são possíveis de serem enxergadas num olhar regional mais criterioso, a compreensão das dinâmicas políticas originárias nesse recorte espacial expande e dá novos sentidos à ação do partido e de seus filiados, nos objetivos por eles traçados e nas causas defendidas enquanto representantes políticos da sociedade e da ditadura militar.

Uma forma de compreender a Arena dentro do contexto regional é identificar como seus membros compartilham a cultura política brasileira. Concomitantemente ao olhar da história regional, o conceito de cultura política vem sendo cada vez mais utilizados pelos historiadores brasileiros, pelo fato de trazer uma dimensão histórica para os objetos de pesquisa selecionados. Entre suas diversas definições, acreditamos que a feita por Rodrigo Patto Sá Motta, melhor contempla nossas pretensões, sendo a cultura política um:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do

⁴ Especificamente sobre as implicações eleitorais das medidas autoritárias implementadas pela ditadura, ver: NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

⁵ GRINBERG, op cit, p. 32.

passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.⁶

Por meio da operacionalização do conceito de cultura política conseguimos compreender o porquê um indivíduo adota determinado comportamento político, as motivações e referências para suas ações e as identidades compartilhadas junto a outros indivíduos que gera a coesão dos grupos sociais.

As formas como o conceito de cultura política devem ser aplicadas nas análises historiográficas é um ponto de debate entre historiadores, antropólogos e cientistas sociais. Apesar de superadas visões que hierarquizavam as culturas políticas entre as nações e contemplado um olhar pluralista do conceito – segundo o qual existiriam várias culturas políticas presentes em uma sociedade –, Motta aponta a possibilidade de coexistir uma cultura política nacional paralelamente a outras culturas políticas:⁷

É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, ao mesmo tempo convivendo com sub-culturas políticas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum.⁸

Assim, afirmamos que a Arena, enquanto partido político, foi vetor da cultura política brasileira, e seus membros, uns mais outros menos, identificavam-se com padrões por ela estabelecido. A atuação política de Agripino é influenciada pela cultura política brasileira predominante no meio político no qual fez toda sua carreira como parlamentar, governador e liderança partidária.

Antes de apresentar as características dessa cultura política nacional, é preciso ressaltar: muitas de suas características não são exclusivas do país, é sua combinação, entendida junto ao processo de formação do Estado brasileiro, que faz surgir essa cultura política nacional; pondere-se ainda que tal

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009, p. 21.

⁷ No seu texto, Motta aponta que Serge Berstein, na conclusão de seu livro “Cultures Politiques em France”, pondera uma posição menos rígida em relação ao conceito, sobretudo na perspectiva nacional: “[...] ao falar num processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e ao chamá-las de subculturas, implicitamente está sendo admitida a existência de uma cultura política nacional”. *Ibidem*, p. 21.

⁸ *Ibidem*. p. 24-25.

cultura política não seria algo homogêneo no país, onde todos os indivíduos se identifiquem com suas características; ela funciona como uma linha mestra, cercada por outras culturas e ideologias políticas, com as quais estabelece relações mútuas, no caso aqui analisado, predominando entre aqueles que controlam ou almejam controlar o poder.

Segundo Motta, a cultura política brasileira é dotada de um imaginário político nacional, um conjunto de representações elaborado para que as pessoas se identifiquem com personagens políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, que são associados a eventos marcantes, como batalhas ou guerras. Nela, identificam-se ainda valores e comportamentos típicos de grupos políticos: mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo etc. Essas são condutas favorecedoras dos laços de parentesco, amizade ou compadrio, que desconsideram normas oficiais em função de projetos políticos por vezes pessoais.⁹

A pouca identificação da população com os partidos políticos e a limitada participação popular nas agremiações partidárias são ainda características apontadas pelo autor, sendo as constantes intervenções no sistema partidário brasileiro encaradas como fator que pesa nesses aspectos.¹⁰ Do período imperial até o golpe de 1964 ocorreram quatro mudanças, sendo outras duas realizadas durante a ditadura militar, o que dificultou a construção de uma identificação partidária mais profunda no Brasil. Não obstante, o próprio sistema político, marcado por rupturas no desenvolvimento democrático, na perspectiva do autor, impõe dificuldades para a participação das camadas subalternas na política institucional.¹¹

⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013, p. 17-18. Sobre o patrimonialismo, um dos principais autores do tema é Raymundo Faoro, o qual aponta o quanto essa prática interferiu na forma como os liberais brasileiros se comportaram no controle do Estado. FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*. São Paulo, nº 17, 1993, p. 14-29.

¹⁰ MOTTA, *Ruptura e continuidade...* op cit, p. 16.

¹¹ *Ibidem*, p. 16. Ainda sobre o tema, a análise de Antônio Lavareda aponta que, do período imperial até o golpe de 1964, é na democracia instaurada em 1945 em que há maior identificação partidária entre os brasileiros, sendo um dos fatores explicativos o longo período de existência daquele sistema partidário. LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. Ressalte-se ainda o fenômeno apontado por José Álvaro Moisés, segundo o qual há na cultura política brasileira um desapareço por instituições como os partidos políticos, que influencia na concepção de democracia do brasileiro. Esse descrédito é resultado da própria conduta patrimonialista. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Online: vol. 23, nº 66, 2008, p. 11-43.

Outra característica da cultura política brasileira é a tradição conciliadora, ou a tendência à flexibilidade e predisposição a negociar conflitos. Não se trata do estabelecimento de consensos, mas a ação de trabalhar em função de acordos políticos entre opostos ou divergentes. No entanto, essa tendência prevalece nas disputas entre elites; quando as classes subalternas estão envolvidas, o usual é o emprego de violência contra os desfavorecidos economicamente. Ao mesmo tempo que fornece estabilidade ao sistema político brasileiro, a conciliação política veta mudanças e rupturas drásticas no sistema político nacional, conservando seus aspectos históricos.¹²

Entre as características da cultura política brasileira, a conciliação política se sobressai em nossa análise sobre a Arena. A ditadura projetou na legenda um guarda-chuva que abrigaria todos os grupos políticos antes filiados às diversas agremiações existentes no país, identificados a tendências políticas diversas, e muitas vezes historicamente rivais eleitorais em pleitos locais. Dessa forma, a tradição conciliatória tornou-se prática constante – nem sempre bem-sucedida – entre os dirigentes do partido para manter estáveis, nas instituições representativas, os grupos políticos que historicamente disputaram o poder.

Ainda nas considerações sobre a cultura política brasileira, é possível indicar como essa produziu uma adaptação peculiar de duas diretrizes ideológicas marcantes no comportamento dos *arenistas* aqui analisados: o conservadorismo, o nacional-desenvolvimentismo e o liberalismo. Essas matrizes ideológicas tem seu espaço no debate político nacional, e quando analisadas a partir da atuação política de seus defensores fica marcada a interferência das características da cultura política brasileira acima mencionadas, criando interpretações que denotam aspectos tipicamente brasileiros.

Nesse artigo compreenderemos como a aplicação do conceito de cultura política brasileira pode indicar caminhos para entender a relação entre a classe política em âmbito local e a ditadura militar. Assim, abordaremos aqui a agência de Agripino durante a ditadura militar e como essa atuação contribuiu para a propagação da cultura política brasileira pela Arena. Sabendo que essa abordagem não é inédita dentro da historiografia, no próximo tópico

¹² MOTTA, *Ruptura e continuidade...* op cit, p. 18-19. Uma das principais referências sobre a tradição conciliadora no Brasil é José Honório Rodrigues. RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Conciliação e reforma no Brasil: Um desafio histórico político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Em trabalhos recentes, destaca-se o texto de Laurindo Mekie Pereira. PEREIRA, Laurindo Mekie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira (1955/1964): Uma análise a partir da trajetória de José Maria Alkimin. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, vol. 21, 2017, p. 356-384.

abordaremos como os historiadores e demais áreas de pesquisa tem realizado pesquisas sobre a Arena em seus recortes espaciais durante a ditadura militar.

Em seguida nos debruçaremos sobre aspectos levantados na pesquisa sobre a Arena na Paraíba e como a cultura política brasileira pode influenciar na atuação do partido e de seus membros. O olhar sobre João Agripino nos proporciona um exemplo de como é possível compreender a as especificidades da política local durante a ditadura militar, como as ideologias políticas partilhadas por ele influenciaram na sua adesão e participação no regime autoritário.

As fontes históricas utilizadas para esse texto são as mesmas referenciadas na tese da qual ele se origina. São notícias e reportagens publicadas nos principais jornais, discursos proferidos pelos *arenistas* paraibanos durante sua atuação pelo partido e relatos de memória deles próprios acerca de sua atuação no partido.

A historiografia sobre a Arena na escala regional

A História Regional é uma perspectiva historiográfica que tem crescido no Brasil nos últimos anos. Quando se aborda uma conjuntura espacial mais restrita do território brasileiro, o historiador consegue focalizar características pouco observadas a partir de um recorte nacional.¹³ Para Jacques Revel, ao trabalhar com diferentes escalas de análise, o pesquisador contribui para a interpretação das estruturas de sustentação política de um país, estabelecendo novos olhares sobre objetos históricos normalmente vistos pela ótica das macroestruturas. Para Revel:

¹³ Para Ana Luiza Setti Reckziegel e Adelar Heinsfeld a expansão da História Regional é resultado do crescimento de cursos de pós-graduação; do esgotamento das sínteses baseadas em macroabordagens e da necessidade de analisar a singularidade de microespaços regionais e locais, sobretudo as transformações sofridas na organização social do país; e da mudança no conceito de região, que deixou de ser apenas um espaço físico, passando a representar um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar. Pensando e escrevendo sobre História na América Latina. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar (org). *América de múltiplas regiões*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 9-19 Um fenômeno que não se limita ao Brasil, em outros países, como a Argentina, os estudos sobre História Regional têm ganhado espaço na historiografia Na Argentina, referenciamos aqui os trabalhos de Susana Bandieri, no qual são abordadas possibilidades de pesquisa no âmbito da História Regional de seu país, e Gabriela Aguila, em que é analisada a ditadura militar argentina no contexto da província de Rosário. BANDIERI, Susana. Haciendo historia regional en la Argentina. *Revista TEL: Tempo, linguagem e imagem*. Irati: UNICENTRO, v. 9, nº 1, 2018, p. 12-31; AGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario (1976-1983): um estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales em dictadura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

Na verdade, a escolha não é alternativa entre duas versões da realidade histórica do Estado, uma que seria “macro” e a outra “micro”. Uma e outra são “verdadeiras” (e muitas outras mais em níveis intermediários que seriam convenientes recuperar de modo experimental), e nenhuma é realmente satisfatória, porque a constituição do Estado Moderno é precisamente feita do conjunto desses níveis, cujas articulações ainda precisam ser identificadas e pensadas. A aposta da análise microsocial [...] é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes.¹⁴

Ou seja, nesse jogo de escalas apontado por Revel a ingerência de Agripino tem importância primordial por ser um elemento que, dentro da Arena, interliga o âmbito nacional e regional.

Sobre a análise regional dos partidos políticos brasileiros, Olavo Brasil de Lima Júnior adverte para o perigo de generalizações excessivas quando o pesquisador limita seu olhar para a ação nacional dessas organizações. Ao analisar o sistema partidário existente entre 1945 e 1965, o autor infere que: “[...] tal sistema como um todo passou por um processo contínuo de mudanças, e, com o tempo, atuou de maneira diferente em cada estado e em cada nível de competição, pois sua estrutura dependia das condições locais de disputa eleitoral”¹⁵

Já acerca do sistema bipartidário pós-1965, David Fleischer indica que as divisões regionais guardam sua importância para compreensão da representação partidária no Congresso Nacional, pois há uma importância da conjuntura local na atuação parlamentar: “Parece-nos que estas clivagens regionais estão sempre presentes, e com tais culturas políticas regionais tão diferenciadas, as tentativas de organizar partidos homogêneos e integrados nacionalmente são realmente árduas”.¹⁶

Ainda sobre o bipartidarismo e a ditadura militar, Ueber Oliveira ressalta a importância de analisar como o regime estabeleceu mecanismos de

¹⁴ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 32.

¹⁵ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e estadual (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 23.

¹⁶ FLEISCHER, David Verge. *Os partidos políticos no Brasil*. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 1981. p. 201-202.

controle sobre as unidades federativas, na linha da expansão da análise para além da ótica restrita aos espaços nacionais de ação política:

É evidente que o governo central [...] criou diversos mecanismos no sentido de exercer o controle sobre lideranças regionais, a exemplo do próprio bipartidarismo e das governatorias biônicas. Todavia, considera-se a visão [nacional] excessivamente simplista dada a complexidade do nosso sistema federativo brasileiro, especialmente do processo político formal verificado no contexto do regime militar, inclusive nos espaços regionais. Tais aspectos tornam as explicações mais correntes insuficientes para o estabelecimento de aproximações com a realidade.¹⁷

Por meio da metodologia de recortes regionais é possível perceber diferentes formas de se analisar o partido, sendo muitas pesquisas desenvolvidas nesse sentido. Rafael Madeira, ao analisar a coesão das bancadas federais da Arena nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, traz uma abordagem histórica, examinando a continuidade de aspectos políticos precedentes ao golpe de 1964 nas bancadas *arenistas* e a influência das relações políticas estabelecidas no bipartidarismo na Nova República. Ao cruzar informações entre os estados selecionados, Madeira indica como as dinâmicas políticas diferentes em cada espaço regional tiveram influência na relação do partido com o regime.¹⁸

Tendo como recorte espacial o Espírito Santo, o já referido Ueber Oliveira aponta traços de continuidade entre o sistema pluripartidário instaurado em 1945 e o bipartidário ali imposto em 1965. Em sua tese, é apontada a importância dos *arenistas capixabas* na concretização do projeto político-econômico autoritário imposto para aquele estado. Além da reorganização dos grupos políticos nos dois novos partidos, o autor aprofunda o conhecimento sobre como as elites políticas locais se beneficiaram desse projeto modernizador imposto no Espírito Santo.¹⁹

O bipartidarismo no Paraná foi analisado por Alessandro Batistela, tendo como foco os diretórios partidários sediados na capital, Curitiba. Em sua pesquisa, o autor abordou a organização interna dos partidos e analisou a atuação da Arena e do MDB junto à sociedade paranaense. Privilegiando uma

¹⁷ OLIVEIRA, Ueber José de. *Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)*. Serra: Editora Milfontes, 2018, p. 35.

¹⁸ MADEIRA, Rafael Machado. *ARENA ou ARENAS? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2002.

¹⁹ OLIVEIRA, op cit.

narrativa processual da dinâmica entre as duas legendas na política local, Batistela examinou a relação das elites e dos grupos políticos dentro do estado do Paraná e junto aos militares.²⁰

Por sua vez, Ricardo Duwe olha para a Arena catarinense a partir da gestão de Colombo Machado Salles (1971-1975), governador biônico escolhido através de eleição indireta. Na sua análise, o autor compreende o aumento da influência dos profissionais técnicos na política ditatorial naquele período. Representados na figura do governante, estes estabeleceram disputas por espaços de poder com os políticos de carreira, resultando em conflitos internos na Arena catarinense.²¹

A pesquisa de Claudia Cristina da Silva Fontineles abarca as administrações estaduais de Alberto Silva no Piauí durante e após a ditadura militar (1971-1975 e 1987-1991). A autora enfatiza a construção de uma memória sobre essa personalidade política a partir das obras executadas em suas duas gestões. Essas, ao mesmo tempo que modernizaram o Estado do Piauí, enquadravam-se no projeto político-econômico autoritário arquitetado pela ditadura militar.²²

Em sua análise sobre a ditadura militar na Bahia, José Alves Dias aborda a Arena tomando como fio condutor a trajetória de Antônio Carlos Magalhães dentro do partido. Seu estudo destaca a centralidade dessa liderança política, forjada ao longo do regime autoritário para a implementação do projeto de modernização conservadora na Bahia, bem como sua relação com os militares e demais personalidades da política baiana que integravam a legenda situacionista naquele estado.²³

Sobre a Arena na Paraíba, há a pesquisa de Monique Cittadino, na qual é feita uma análise do governo e da atuação partidária de João Agripino (1966 a 1971). Através de um viés econômico da História, a autora relatou a modernização implementada no Estado ainda na década de 1960. Ao mesmo tempo, discute sua atuação enquanto liderança política dentro da Arena paraibana, conciliando os grupos políticos dentro do partido, bem como intercedendo

²⁰ BATISTELA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979)*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

²¹ DUWE, Ricardo. *Entre técnica e tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.

²² FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.

²³ DIAS, José Alves. *Rumo ao Palácio: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

nas questões federais no plano estadual, especialmente a repressão imposta sobre a sociedade civil.²⁴

Também governador pela Arena da Paraíba, Ernani Sátyro (1971-1975) foi objeto de análise de Valber Mendes, em dissertação na qual se propôs a abordar sua trajetória política desde sua atuação como deputado federal pela UDN até sua chegada ao governo estadual. Ocupando o cargo de governador, Sátyro tornou-se um agente político da ditadura na Paraíba durante os “anos de chumbo”, atuando tanto na repressão política, como articulando o projeto modernizador autoritário, agindo em benefício das elites políticas e econômicas paraibanas.²⁵

Tais pesquisas indicam o papel fundamental desempenhado pela Arena na relação entre a classe política e a ditadura militar no plano regional. Através de estudos sobre o partido, é possível conhecer as conjunturas estaduais, lançando luz sobre problemas de contextos mais restritos que influenciam no plano nacional de poder e que, por vezes, são vistos de modo generalizado pelos pesquisadores que abordam a política partidária por instituições como o Congresso Nacional.

Em boa parte dessas pesquisas a ideia de uma cultura política está presente como um instrumento de análise dos indivíduos que atuaram através dos diretórios estaduais da Arena. A partir do próximo tópico discutiremos como João Agripino atuou na Arena e no governo do Estado, apontando sua trajetória política, visando entender como suas vinculações e ideologias políticas influenciaram para seu apoio à ditadura militar e na forma como ele agiu politicamente dentro do partido.

João Agripino, a Arena paraibana e a cultura política brasileira

No ato de sua formação, Arena reuniu grupos de indivíduos que compartilhavam diferentes perspectivas políticas, mas que se encontravam no apoio ao golpe de Estado e na perspectiva de manter-se próximo ao poder. Uma das principais lideranças da Arena foi João Agripino, advogado e político paraibano nascido em 1914, natural de Catolé do Rocha, sertão do estado. Seus ascendentes familiares, a família Mariz Maia, pertenciam às classes médias e altas, proprietários de terras e profissionais liberais. Uma família com longo

²⁴ CITTADINO, Monique. *Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. Bauru: Edusc, 2006.

²⁵ MENDES, Valber. *Um “homem da Revolução”*: A atuação política de Ernani Sátyro como governador da Paraíba (1970-1975). Campina Grande: Dissertação de mestrado – UFCG, 2019.

histórico político na Paraíba, a exemplo de seu pai, deputado estadual durante 30 anos na época da República Velha, aliado a Epiácio Pessoa, e seu irmão fez carreira política no Rio Grande do Norte.²⁶

O ingresso de Agripino na política partidária ocorreu em 1945, quando filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido político que, na Paraíba acolheu tradicionais oligarquias afastadas do poder após a Revolução de 1930, como a de sua família. Seu primeiro mandato eletivo foi o de deputado federal em 1947, permanecendo no cargo por duas legislaturas, sendo posteriormente eleito senador em 1962, quando licenciou-se do cargo quando ocupou a função de ministro das Minas e Energia no curto governo de Jânio Quadros.²⁷

Na UDN, notabilizou-se pela sua posição nacional-desenvolvimentista, apesar de ter atuado junto ao grupo de parlamentares conhecidos como “Banda de Música”, nos anos 1950, período em que sua liderança política ainda não estava consolidada. Compunha essa ala *udenista* históricos bacharéis do partido atuantes contra o governo Vargas proferindo denúncias sobre casos corrupção na administração federal e atacando sistematicamente a política econômica nacionalista. Eles defendiam a implementação de um modelo liberal na economia, apesar de apoiarem medidas como o monopólio estatal do petróleo.²⁸

Posteriormente, na década de 1960, já com uma posição de maior prestígio no partido e no estado, Agripino atuou na ala *udenista* denominada “Bossa Nova”, defensora de teses como a reforma agrária, a Lei de Remessa de Lucros e outras pautas nacional-desenvolvimentistas. O grupo mantinha alianças suprapartidárias com parlamentares de outros partidos, como o PTB, fazendo oposição ao grupo *lacerdista* da UDN, conhecido por suas posições liberais.²⁹

O nacional-desenvolvimentismo defendido por Agripino está atrelado à perspectiva na qual o Estado deve tomar para si a condição de motor do desenvolvimento. Essa, segundo Christian Lynch é uma das matrizes ideológicas da cultura política brasileira, a qual se identifica com aspectos que valorizam a identidade nacional contra o colonialismo estrangeiro, o planejamento

²⁶ Tarcísio Maia, irmão de João Agripino, foi deputado federal pela UDN potiguar e governador escolhido indiretamente pela ditadura para a gestão de 1975-1979.

²⁷ João Agripino declarou apoio à candidatura de Jânio Quadros desde a campanha, quando se posicionou contra a candidatura do *udenista* baiano Juraci Magalhães para a presidência da República. Agripino tinha divergências profundas com a ala liberal da UDN à qual Magalhães fizera parte, bem como teve apreço pelos acenos nacionalistas no programa de Jânio. Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 97-98.

²⁸ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 84-85.

²⁹ *Ibidem*, p. 114-115.

econômico voltado para o desenvolvimento e à nacionalização de setores estratégicos para a economia do país³⁰. Agripino tornou-se um dos principais representantes dessa perspectiva ideológica na Paraíba, o que lhe garantiu uma imagem de progressista e simpatia de setores da burguesia industrial e de grupos de trabalhadores organizados.³¹

Mas seu apoio às pautas nacionalistas não se confundia com aquelas defendidas no projeto de reformas de base,³² do governo João Goulart, o Jango, apesar de a “Bossa Nova” aliar-se pontualmente com *petebistas*. O limite traçado no nacional-desenvolvimentismo de Agripino era a margem dada para ação de grupos e organizações populares e de esquerda, que almejavam mudanças na estrutura de dominação marcante na formação do Brasil. Agripino compartilhava do imaginário anticomunista, forte no país na década de 1960, e fundamental para desencadeamento do movimento golpista de 1964. Um dia após a deposição de Jango, o jornal *A União* publicou pronunciamento de Agripino na tribuna do Senado no qual criticava a postura do governo Goulart e clamava ação dos militares:

O Sr. João Goulart entrará na História do país, levando-o à Guerra Civil, porque não imagina S. Exa. que poderá ficar no poder impunemente, sem derramamento de sangue. E S. Exa. aumentava a esperança de poder desmoralizar as Forças Armadas, desmoralizar o Congresso, humilhando tantos quanto quis, grandes ou pequenos. E depois se plantar no poder ditatorialmente, enganou-se redondamente: mas é característica de sua personalidade recuar ou saber recuar. Pois resta-lhe ainda isto, que saiba recuar e poupar o sangue de muitos brasileiros. Não estaremos dispostos a capitular sem luta. Pois se S. Excia. entende seu dever comandar a luta, nos democratas entendemos também nosso dever de postarmo-nos do outro lado e toparmos a luta.

³⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. Porto Alegre, n. 36, ago. 2017, p. 15.

³¹ Agripino tinha certa relação com trabalhadores organizados no estado, dos quais teve apoio em suas eleições para deputado federal e senador, sua autoavaliação, como aponta em entrevista foi de que tinha defendido seus interesses no parlamento. Apoio esse que foi perdido após sua notória vinculação com o golpe de 1964, que reprimiu fortemente a categoria na Paraíba Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 207-209.

³² Conjunto de propostas políticas, sociais e econômicas que visavam a superação do subdesenvolvimento e a diminuição das desigualdades nacionais. A principal e mais impactante das medidas era a reforma agrária, na qual visava-se alterar as medidas constitucionais sobre a indenização prévia pelas terras desapropriadas, gerando uma celeuma entre a tradicional elite agrária nacional. Na Paraíba, a pauta da reforma agrária era articulada pelas Ligas Camponesas, movimento de trabalhadores rurais mais ativos entre os movimentos sociais.

Veremos se este Brasil estará dominado pelos fascistas ou pelos comunistas sequiosos de ditadura ou pelos democratas amantes da liberdade.³³

O principal ponto de sua retórica anticomunista é o apelo à democracia, regime que supostamente estaria em perigo caso os comunistas chegassem ao poder. Em sua tese sobre o anticomunismo, Rodrigo Patto Sá Motta descreve que esse apelo a valores democráticos é algo vago entre os anticomunistas: “Em grande medida, ‘democracia’ não passava de um rótulo vazio de conteúdo [...] No discurso e na concepção dos setores conservadores, a palavra tinha um sentido genérico, significado simplesmente contrário ao comunismo”.³⁴

Assim, a vinculação de Agripino ao golpe de Estado ocorre principalmente em função do conservadorismo anticomunista que o levava a ser contra medidas as medidas progressistas do governo Jango, mesmo que muitas delas se identificassem com suas ideologias políticas. Conservadorismo esse que o atrelava aos seus valores construídos baseados na sua formação política, desde a família, até a legenda ao qual foi filiado, haja vista que a UDN foi um dos principais partidos políticos a apoiar o golpe de 1964.

Além de importante apoio para a legitimação do golpe, Agripino foi ator político ativo nos primeiros anos do regime, quando eleito governador da Paraíba em 1965, últimas eleições que ocorreram de forma direta para o cargo. Após eleito, foi designado pelo general Castelo Branco como responsável pela reorganização da classe política local quando criada a Arena e o sistema bipartidário. Nesse processo, Agripino agregou aliados históricos e indivíduos coligados com seu partido na última eleição junto a seus adversários históricos.

Agripino procurou aglutinar o maior número de lideranças políticas na Paraíba, trazendo para a Arena figuras de todas as legendas. Uma forma de identificar esses grupos era através de suas proeminentes chefias políticas: Teotônio Neto liderando os *ex-pessedistas*; Pedro Gondim, liderança do extinto Partido Democrático Cristão (PDC); e os *udenistas* Ernani Sátyro, vinculado aos grupos *lacerdistas*,³⁵ e Agripino, atrelado ao nacional-desenvolvimentismo. A possibilidade de identificação dos grupos partidários a partir das suas lideran-

³³ A *União*, 2 de abr. de 1964, p. 1.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 248.

³⁵ Grupo de *udenistas* vinculados ao governador da Guanabada, Carlos Lacerda, que compartilhavam das suas posições antinacionalistas e anticomunistas. BENEVIDES, op cit, p. 115-116.

ças políticas indica que a Arena manteria algumas das práticas personalistas de períodos anteriores.³⁶

Cada um desses grupos guardava suas especificidades e histórico de disputas políticas que incidiam principalmente no âmbito municipal. E, tão logo o partido foi criado, começaram a aparecer querelas municipais insatisfeitas com o ingresso de rivais eleitorais no novo partido governista. Havia um quadro de revolta entre os aliados de Agripino, reticentes com a possibilidade de perder espaços no poder com a então situação partidária. Para contornar as insatisfações, o governador convocou reunião com seus correligionários, na qual explicou os propósitos pelos quais eles deveriam aceitar históricos adversários na nova agremiação, demonstrando sua capacidade conciliatória e sua proximidade com os interesses da ditadura:

Quero, pois, falar, precisamente, aos que vieram compor conosco, com o partido do Governo Federal, a ARENA do Estado da Paraíba, para lhes dizer que quando fomos consultados pelo Presidente da República sobre se tínhamos restrições ou dificuldades a aceitar adversários nesse novo partido, respondendo que nenhuma dificuldade tínhamos e nenhuma objeção ao ingresso de qualquer dos adversários de última luta. A nossa afirmativa foi da mais absoluta sinceridade.³⁷

Apesar da postura conciliadora como líder da Arena, enquanto esteve no governo, Agripino buscou deixar o novo partido o mais próximo das suas ideologias políticas, demarcando sua posição de comando dentro do partido. Logo após a fundação da Arena foi publicado um programa político formulado pela sua Comissão Executiva Regional, com sugestões a serem seguidas pelo novo presidente da República a ser nomeado em 1967. O *A União* divulgou o programa elaborado pela Arena, e, na avaliação feita pelo jornal:

O referido documento caracterizava-se pelo teor nacionalista e apoio à planificação regional operada pela Sudene, consagrando, por isso mesmo, conhecidos postulados do governador João Agripino, para querer o problema da sucessão presidencial não é só uma questão de nomes, mas de programas a cumprir e soluções a encaminhar.³⁸

³⁶ SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Para além do "sim, senhor": A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969)*. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2016.

³⁷ *A União*, 20 de mar. De 1966, p. 4

³⁸ *A União*, 26 de abr. de 1966, p. 3

Dividido em duas partes, na primeira constavam 14 pontos de ação voltados para o plano nacional, muito próximas das ideias por ele defendidas antes do golpe de 1964, especialmente os seguintes pontos: d) prioridade absoluta à redução dos problemas de reforma agrária, respeitando-se as peculiaridades de cada área ou zona e facilitando o acesso à terra; e) execução de programas realísticos e efetivos de reforma agrária; f) fortalecimento da empresa nacional, e preservação em poder dos empresários brasileiros dos centros de decisão da economia nacional; g) manutenção da política do monopólio estatal do petróleo, fortalecendo-se a Petrobrás; h) exploração dos recursos naturais do país, preferencialmente através de empresas com maioria de capital nacional.³⁹

A segunda parte do programa estava voltada exclusivamente para os problemas do Nordeste, sobretudo a valorização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).⁴⁰ Esse foi um órgão criado em 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o JK, para promoção e desenvolvimento da região nordestina, dinamização de sua produção agrícola, aceleração da industrialização e valorizando as particularidades regionais, visando a equiparação econômica com outras regiões do país.⁴¹

Após o golpe de 1964, a Sudene passou por um processo de desmantelamento de seus objetivos primordiais, em virtude do alinhamento do governo Castelo Branco aos interesses do capital internacional. Maria Inaiá Moreira de Carvalho relata que o órgão sofreu uma vigorosa intervenção da ditadura: sua autonomia foi quebrada, houve corte das verbas destinadas à realização de projetos e expurgos dos profissionais técnicos alinhados ao governo Jango. Durante a ditadura, a Sudene passou a funcionar como um mero órgão de repasse de verbas do governo federal para os estados nordestinos, articulando os interesses de empresários do grande capital brasileiro – diga-se, do Sudeste – naquela região, não sendo mais uma impulsionadora da indústria nordestina.⁴²

³⁹ Além de diversas medidas referentes aos problemas brasileiros, o documento indicava os nomes dos Gal. Adhemar de Queiroz, Gal. Costa e Silva, Cordeiro de Farias, Ney Braga e Daniel Krieger para a sucessão presidencial – sendo os dois últimos nomes indicações do próprio João Agripino, e os demais escolhidos pela Comissão Executiva. *Idem*, p. 3.

⁴⁰ *Idem*, p. 3.

⁴¹ CARVALHO, Maria Inaiá Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Huittec-Sudene, 1987, p. 64-65.

⁴² *Ibidem*, p. 91-94.

A identificação de Agripino com a Sudene vinha de sua vinculação às ideias nacional desenvolvimentistas, que o levou a participar da fundação do órgão, mesmo sendo um opositor ao governo de JK.⁴³ Ao trazer para o programa elaborado pela seção paraibana da Arena suas perspectivas políticas, Agripino dava “sua cara” a um partido formado por grupos de orientações políticas diversas.

Documentos como programas e cartas de intenções partidárias, se analisados de forma isolada, pouco podem contribuir para a compreensão das ideias do partido. Mas essas orientações publicadas pelo partido apareciam na sua plataforma de governo, na qual Agripino buscou promover mudanças na forma como se administrava o Estado. Segundo Monique Cittadino, seu governo não se restringiria a obras pontuais: “[...] a perspectiva de Agripino era a de provocar uma completa mudança na autocrática política local, assentada em valores arcaicos herdados da República Oligárquica e estruturados no sistema coronelista, sua base de sustentação”.⁴⁴ Mesmo que essa autocracia local tivesse sido um dos principais pilares sociais do golpe de 1964 na Paraíba.

Baseado nas diretrizes do Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG) e do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social,⁴⁵ Agripino implementou na Paraíba um projeto de desenvolvimento econômico baseado na introdução do planejamento e da estratégia como fundamentos de sua gestão. Para isso, aumentou as incumbências das pastas de Administração e Finanças e criou a Secretária de Planejamento (SEPLAN), pilar para a execução das diretrizes de planejamento. O novo governador visava superar uma perspectiva patrimonialista predominante sobre a execução de projetos no Estado através de dois pontos: planejamento e tecnicismo. Fundamentava-se, assim, um projeto de modernização da infraestrutura do Estado capaz de suportar a implementação de um projeto de industrialização da Paraíba.⁴⁶

⁴³ Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 88-89.

⁴⁴ CITTADINO, op cit, p. 152-153.

⁴⁵ De matriz liberal, esses planos tinham como principais objetivos promover um aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro e conter o aumento inflacionário, permanente no país desde 1959. Algumas medidas paralelas foram as reformas tributária, fiscal e salarial, as quais atingiam especialmente benefícios trabalhistas. PRADO, Luiz Carlos Delorme; Earp, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 213.

⁴⁶ CITTADINO, op cit, p. 159.

Tais medidas foram tomadas em virtude de o governador compartilhar o ideário desenvolvimentista do Nordeste propagado pela Sudene e acreditar que a expansão e diversificação da atividade industrial na Paraíba resolveria o desequilíbrio econômico do estado em relação ao Sudeste. Por meio de incentivos fiscais e criação de órgãos que viabilizassem a conclusão das obras dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, o então governador proporcionou uma das primeiras experiências de diversificação das atividades econômicas da Paraíba.⁴⁷

Essa diretriz tecnicista influenciou a relação de Agripino com a Arena, pois ao nomear indivíduos com um perfil técnico como seus secretários de governo, preteriu interesses de grupos políticos dentro do partido que almejavam cargos na administração estadual. Aliados políticos de Pedro Gondim, os quais estavam coligados com Agripino na época de sua eleição em 1965, reclamavam uma maior participação na administração estadual, o que levou a um distanciamento político que influenciou no desempenho do partido em importantes pleitos eleitorais, como as eleições municipais de 1968.⁴⁸

Outro grupo que perdeu espaço na Arena durante o governo Agripino foi o Grupo da Várzea, ex-integrantes de legendas como a UDN e o Partido Liberal (PL), representantes da indústria agroexportadora local. Além de não serem atendidas suas indicações para cargos no governo, a diversificação da indústria paraibana, fez com que esse setor agrário, mais tradicional na economia, visse seus incentivos econômicos serem reduzidos e consequentemente perderem seu prestígio eleitoral. Esse tratamento dado pelo governador influenciou na eleição de 1970, quando o Grupo da Várzea – que elegia representantes continuamente para cargos legislativos estaduais e federais –, não elegeu nenhum representante para a Câmara dos Deputados.⁴⁹

⁴⁷ O programa de eletrificação estadual desenvolvido pelo governo Agripino, a integração rodoviária do Paraíba internamente e com outros estados vizinhos, bem como a construção do Hotel Tambaú, empreendimento que alavancaria a Paraíba a um patamar superior no turismo nacional. CITTADINO, op cit, p. 212-226.

⁴⁸ Quando Agripino preteriu o nome de Vital do Rêgo candidato a prefeito de Campina Grande pela Arena, esse desfiliou-se do partido para disputar a eleição pelo MDB. Seu genro e aliado político, Pedro Gondim, apesar de não acompanhar a mudança de legenda, fez campanha abertamente para Rêgo. Apesar de não ser eleito, a dissidência *arenista* foi influente na eleição de Ronaldo Cunha Lima prefeito de Campina Grande naquela eleição. SOBREIRA, op cit, p. 136 et seq.

⁴⁹ Desde 1945, com a eleição de João Úrsulo Ribeiro Coutinho, pela UDN, o Grupo da Várzea elegeu um representante para o Congresso Nacional. Na eleição de 1955, única legislatura que a Câmara dos Deputados não teve um membro da Várzea, Flávio Ribeiro Coutinho foi eleito governador. Sobre o Grupo da Várzea ver BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Além disso, a execução de uma reforma administrativa no Estado, revisando todos os cargos públicos, em busca de irregularidades – servidores inativos ou inoperantes – e a mudança de *status* de cargos de diretoria de órgãos públicos (de efetivos para comissionados) causou atritos entre o governador e a bancada governista na Assembleia Legislativa. Os deputados estaduais da Arena viam na máquina pública um poderoso ativo político e contavam com o apoio do governo do Estado para o atendimento de suas demandas por cargos e favores.⁵⁰

Apesar de apontar para uma mudança na cultura política prevalecente no Estado, em especial as práticas patrimonialistas, o novo governador privilegiou familiares e aliados próximos tanto na administração pública, como no partido. Para a presidência da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa), órgão fundamental para o projeto desenvolvimentista no estado, Agripino nomeou seu primo, o engenheiro José Mariz; assim como foram nomeados seus primos Antônio Mariz e Isa Maia para as secretarias da Educação e Trabalho e Serviço Social, respectivamente. O governado alavancou a carreira político partidária de diversos membros do governo, fazendo de Edme Tavares, seu chefe da Casa Civil deputado estadual, e Antônio Mariz o deputado federal mais votado na eleição de 1970.⁵¹

É possível relativizar esse vislumbre de mudança da cultura política implementado por Agripino enquanto governador e liderança da Arena na Paraíba. Utilizando-se do cargo e da chefia partidária para beneficiar parentes e aliados políticos, demonstrando que as diretrizes tecnicistas e a valorização de planejamento por mais que tenham obtido êxitos na modernização da Paraíba, não significava, de fato, uma ruptura completa em tradicionais práticas políticas existentes no estado.

As diretrizes traçadas pelo governo Agripino estavam de acordo com aquelas elaboradas pelo governo federal, que via nesses planos de ação, como o PAEG e nas reformas fiscais e tributárias, uma forma de acelerar o crescimento econômico legitimando a ditadura. Ainda assim, Agripino não era completamente alinhado ao governo Castelo Branco, divergindo de diversas diretrizes econômicas implementadas pela sua equipe econômica – Octávio de Bulhões e Roberto Campos.

⁵⁰ CITTADINO, op cit, p. 170-171.

⁵¹ SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Poder local, partido político e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado – UFMG, 2021, p. 112.

Além da articulação partidária e econômica da ditadura nos estados, o governador participou ou se beneficiou das perseguições políticas no âmbito regional, nas cassações de políticos e repressão de grupos e setores sociais.⁵² Caso do prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Netto, membro do então existente Partido Socialista Brasileiro (PSB), eleito para o cargo em 1963. À época um jovem político, sua gestão na capital do Estado foi considerada “desastrosa”, e após o golpe de 1964, Mendonça Netto passou a ser investigado pelo regime através de um Inquérito Policial Militar (IPM).

Ainda em 1964 o IPM foi arquivado pela Assembleia Legislativa, sendo posteriormente reaberto e encaminhado para o Ministério da Justiça. Em 1966, o presidente Castelo Branco baixa um decreto, baseado no AI-2, que cassou o mandato de Mendonça Netto. No seu lugar assumiu o vice-prefeito, Damásio Franca, à época afastado do cargo, desempenhando a função de secretário de Viação e Obras Públicas no governo estadual.

Nas fontes não há qualquer menção relacionando Agripino à cassação do prefeito de João Pessoa, contudo, a saída de Mendonça Netto levava ao cargo uma figura aliada ao governador. Em seu discurso de posse, Franca demonstrou sua aliança com o governador e o regime, indicando seu alinhamento com as forças políticas predominantes: “Contarei, de certo, com o apoio do Exmo. Sr. Governador João Agripino Filho. E com o apoio igualmente das Forças Armadas, sediadas na Paraíba, guardiãs da democracia, da honestidade e do trabalho a serviço do povo brasileiro”.⁵³

Antes mesmo de decretar eleições diretas para prefeito das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional, a ditadura conseguia meios para intervir politicamente nesses cargos. Nessas cassações políticas, o governador acabava obtendo proveitos políticos com aliados próximos assumindo cargos de fundamental importância para a administração pública no estado.

Apesar de não ter comprovações de sua participação na cassação de Mendonça Netto, Agripino teve conhecimento dos expurgos promovidos pela ditadura em 1969, inclusive contra membros da Arena. Essas cassações foram decorrentes da crise entre militares e classe política em 1968 e da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Na Paraíba foram cassados dez políticos, cinco pelo MDB e cinco pela Arena.⁵⁴ Entre os governistas, todos pertenciam

⁵² SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. Partido político, conservadorismo e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1966-1968). *Saeculum*. João Pessoa, vol. 39, jul-dez 2018, p. 133-148.

⁵³ *O Norte*, 21 de abr. de 1966, p. 8.

⁵⁴ Sobre os cassados, ao todo foram 35 deputados federais, 38 deputados estaduais e um vereador cassado em 1969. Entre os paraibanos estavam os *emedebistas* Ronaldo Cunha Lima, Mário Silveira, José Maranhão, Osmar

ao grupo político de Pedro Gondim, e, apesar das rugas entre os *gondinistas* e Agripino, o governador atuou junto ao núcleo federal do regime para a não cassação de seus mandatos.

Em entrevista, Agripino relata que soube das cassações dos *arenistas* paraibanos em reunião com o ministro da Justiça, Gama e Silva, no ano de 1979, na qual falava-se sobre a possível cassação de políticos da Arena, como Milton Campos (Arena-MG) e Daniel Krieger (Arena-RS). Segundo sua narrativa, o governador argumentava que a cassação desses *arenistas* não seria boa para a imagem do regime, mas Gama e Silva manteve-se firme pelo expurgo daqueles *arenistas* e, acrescentou que iria cassar um membro da Arena paraibana: “[...] ‘E, da sua terra, tem um que vou levar’. Perguntei: ‘Quem é?’ Ele respondeu: ‘O Pedro Gondim’. Eu argumentei: ‘Outra injustiça que o senhor vai cometer’”.⁵⁵

Sobre a cassação de Gondim, Agripino escutou do próprio Costa e Silva que esse não era bem quisto pela ditadura, apesar pertencer à Arena. Gondim tinha um histórico político de atuação junto a organizações populares no período pré-golpe de 1964, e posicionou-se contra diversas medidas do governo militar durante a ditadura, além de causar problemas à unidade do partido.⁵⁶ Apesar das divergências políticas entre as duas lideranças *arenistas* da Paraíba, o governador advogou junto presidente pela não cassação de seu correligionário:

Sugeri então que, a pretexto de uma inauguração qualquer que eu fizesse, ele [Gondim] comparecesse e pronunciasse um discurso e elogiasse a Revolução sob qualquer de seus aspectos. [...] mas ele disse que não tinha condições de fazê-lo, porque Vital tinha sido cassado. Sugeri que ele desse uma entrevista e fizesse um elogio qualquer. Eu queria, afinal de contas, uma publicação,

de Aquino e Antônio Vital do Rêgo (este, membro da Arena entre 1966 e 1968); e os *arenistas* Pedro Gondim, Sílvio Porto, Robson Espíndola, Francisco Souto e Romeu Abrantes. SOBREIRA, *Para além do...* op cit, p. 203.

⁵⁵ Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 258.

⁵⁶ Na análise das atas de cassações dos políticos paraibanos, alguns termos são comuns em todos eles: “corruptos”, “corruptores”, “subversivos”, “oportunistas”, “comunistas” e “agitadores”, inclusive de *arenistas*. Pedro Gondim, apesar de ter apoiado o golpe de 1964 quando era governador do Estado, manteve sua identidade em prol de pautas democráticas enquanto atuou como deputado federal, proferiu críticas às medidas autoritárias, apoiou indivíduos e movimentos de esquerda, bem como votou contra a licença passa cassação do deputado Márcio Moreira Alves. O que pode demonstrar tanto uma tolerância do regime com indivíduos mais à esquerda nos primeiros anos de ditadura, como uma adaptação desses ao novo governo autoritário, buscando certa sobrevivência política. SOBREIRA, op cit, p. 201 *et seq*; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). *Saeculum*. João Pessoa, v. 31, 2014, p. 285-304.

uma divulgação qualquer para levar ao presidente e mostrar que era injusta sua convicção.⁵⁷

A defesa de Agripino à Gondim foi uma forma do governador garantir os espaços de atuação da classe política. Após o AI-5 e as cassações de 1969 temia-se que cada vez mais políticos perdessem sua predominância para cargos públicos que já estavam passíveis de intervenção da ditadura, como governador de Estado. Assim, Agripino programou viagem para Brasília e Rio de Janeiro, para realizar reuniões no intuito de avaliar o que resta para atuação da classe política no regime autoritário. Enquanto governador e liderança da Arena no estado, ele sabia que não poderia rebelar-se contra o governo federal, pois afastar-se do regime representaria perda de posições políticas enquanto liderança estadual.⁵⁸

Incumbido de defender o espaço para a classe política dentro do regime, Agripino proferiu discurso em almoço oferecido pelo governo federal aos governadores estaduais. Dirigindo-se ao presidente, general Artur da Costa e Silva, ele ressaltou a importância dos governadores como seus “auxiliares”: “Vossa Excelência é nosso comandante. E, nesta sala, estão seus auxiliares. Mas, seus auxiliares não se restringem aos Ministros de Estado. Eles se estendem até os Estados, para compreender também, os Governadores e Secretários de Estado”.⁵⁹

No transcurso de seu discurso, o Agripino tornou a destacar a importância da classe política para o regime, especificamente aquela que se mantém atrelada aos valores partilhados pela ditadura. Ressaltou ainda a dependência do regime em relação ao trabalho dos governadores como executores de obras públicas nos estados, uma forma de fortalecer o poder da ditadura no âmbito regional:

Qualquer um de nós governadores poderá ser mais ou menos eficiente, ter maior acervo de obras a apresentar ou menor, mas nenhum de nós terá menor esforço dado à Revolução, nenhum de nós terá menor lealdade à Revolução e ao governo de Vossa Excelência pessoalmente. E esta fidelidade é o que nos une. Esta união é o que preserva o futuro do Brasil, o que importa dizer o futuro da Revolução.⁶⁰

⁵⁷ Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 259.

⁵⁸ MADRUGA. Correio da Paraíba, 07 de jan de 1969, p. 3.

⁵⁹ Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 259.

⁶⁰ MADRUGA. Correio da Paraíba, 07 de jan de 1969, p. 3.

Ao final de sua fala, buscou camuflar qualquer instabilidade entre classe política e militares, imputando a culpa da crise aos chamados “inimigos da Revolução”, identificando na classe política filiada à Arena os valores considerados mais nobres da política, representados pelo regime. A crítica aos opositores da ditadura desembocou na retórica anticomunista anterior ao golpe de 1964, na qual o inimigo estava infiltrado dentro da Arena e deveria ser combatido.

Aqueles que procuram disseminar divergências entre civis e militares são os inimigos da Revolução que se infiltram para criar ambientes de animosidade através de intrigas. Porque pouco importa militares ou civis, homens de bem sobre o espírito público não de construir a grandeza dessa Pátria sob o comando de Vossa Excelência. Quem governa com moralidade, quem governa com espírito público há de suprimir facilidades, favoritismo, paternalismo, apadrinhamentos, e isto sem dúvida constitui um instrumento hábil de grande animosidade e inimigos anônimos. [...] Pagamos qualquer preço, Senhor Presidente, para que os decaídos não voltem ao poder, mas devemos estar devidamente advertidos contra aqueles que se infiltram entre nós, às vezes mais adeptos à Revolução do que nós próprios que a fizemos, para aquilo que eles sabem que sem o qual jamais conseguirão voltar ao poder.⁶¹

Ao buscar proteger seus correligionários, Agripino garantia os espaços de atuação de seu partido na política nacional. Esses meandros na sua atuação em tempos de crise entre militares e classe política dentro do regime autoritário alinham-se à avaliação de Cittadino, que o classifica como uma personalidade complexa dentro regime: “Ao contrário, mostrou ser um sujeito extremamente rico, complexo e dinâmico e, por que não dizer, ambíguo, na vida paraibana”.⁶² Agripino conseguiu ao mesmo tempo manter-se engajado ideologicamente à ditadura militar, mas autônomo nos momentos em que precisou defender seus interesses:

[...] sempre demonstrou comungar com os princípios “revolucionários”, assumindo permanentemente a função de “homem da revolução”; finalmente, sempre manteve fortes ligações com a alta cúpula do Estado autoritário, mostrando ser, portanto,

⁶¹ Idem, p. 3.

⁶² CITTADINO, Monique. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1966-1971). *Saeculum*. João Pessoa, nº 16, 2007, p. 47.

um elemento de confiança do regime. Em contrapartida, confrontou-se com diversas orientações emanadas dos militares e indispsôs-se com vários setores do Estado, procurando manter uma larga faixa de autonomia, o que lhe era permitido em função da legitimidade adquirida pela liderança que exercia sobre seus pares e pela popularidade crescente à medida que seu governo avançava, bem como pela autoridade e respeitabilidade adquiridas ao longo de sua vida pública.⁶³

Antes de deixar o governo do Estado, Agripino interferiu junto ao comando do regime para fazer de seu sucessor, primeiro governador indireto a ser nomeado na Paraíba, Ernani Sátiro. Ao fazê-lo, Agripino impediu que ocorresse a “intervenção anti-oligarquica” na Paraíba, como houvera em outros estados.⁶⁴ Mesmo fora do governo e sem ocupar cargos eletivos entre 1971 até 1983, quando se elegeu deputado federal pelo já Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Agripino permaneceu influenciando nas decisões da Arena.

Nas eleições seguintes, o ex-governador atuou para privilegiar aliados próximos e preferir adversários nas escolhas de eleições indiretas e em pleitos diretos. Quando vetou o nome de Álvaro Gaudêncio Filho para disputa na prefeitura de Campina Grande em 1972, quando protagonizou uma disputa em 1974 pela sucessão no governo do Estado, atuando em prol de seu ex-secretário, Juarez Farias, contra Ivan Bichara, candidato apoiado pelo então governador. Em 1978 foi um dos fiadores da candidatura “rebelde” de seu primo, Antônio Mariz ao governo do Estado contra o candidato apoiado pela ditadura, Tarcísio Burity.

Assim, dentro da Arena, Agripino punha seus interesses políticos imediatos na mesa de negociação junto ao comando da ditadura. Muitas de suas inclinações políticas tinham como foco o poder estadual, seus projetos políticos administrativos ou o favorecimento de aliados próximos na ocupação de cargos políticos. Agripino fez da Arena, enquanto pode, um espaço para se promover politicamente, articulando o poder local e a ditadura militar, ainda que em alguns momentos os interesses de ambos não coincidissem.

⁶³ *Ibidem*, p. 50.

⁶⁴ SOBREIRA, *Poder local, partido...* op cit, p. 115.

Considerações finais

Ao olharmos a atuação de João Agripino percebemos que ele teve sua importância na articulação entre o poder regional e o nacional durante a ditadura militar. Foi ainda um exemplo importante para compreender como se articulou a cultura política brasileira durante a ditadura militar, em sua atuação é possível perceber históricas práticas, tradições, imaginários ideologias políticas que historicamente fazem parte do comportamento político nacional.

Aqui analisamos a relação entre poder local e ditadura militar a partir do olhar de Agripino sobre o regime, mas é interessante estabelecer pesquisas sob outros prismas, a exemplo da forma como a ditadura militar avaliava seus aliados políticos nos estados, ou sobre o a ótica de outros membros da Arena, como seus adversários políticos dentro do partido. Assim, a pesquisa sobre a Arena e a ditadura militar nos estados nos proporciona uma série de possibilidades de pesquisas que enriquecem o debate sobre a complexidade que é o autoritarismo brasileiro, presente até os dias atuais.

Referências

AGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedade en Rosario (1976-1983): um estúdio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales em dictadura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.

BANDIERI, Susana. *Haciendo história regional en la Argentina*. *Revista TEL: Tempo, linguagem e imagem*. Irati: UNICENTRO, v. 9, nº 1, 2018, p. 12-31.

BATISTELA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979)*. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CARVALHO, Maria Inaiá Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Huithec-Sudene, 1987, p. 64-65.

CITTADINO, Monique. *Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. Bauru: Edusc, 2006.

_____. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1966-1971). *Saeculum*. João Pessoa, nº 16, 2007, p. 47-57.

DIAS, José Alves. *Rumo ao Palácio: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DUWE, Ricardo. *Entre técnica e tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*. São Paulo, nº 17, 1993, p. 14-29.

FLEISCHER, David Verge. *Os partidos políticos no Brasil*. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 1981.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.

GRINBERG, Lúcia. Partido Político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria Dalva Gil. Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e estadual (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. Porto Alegre, n. 36, ago. 2017, p. 5-19.

MADEIRA, Rafael Machado. *ARENA ou ARENAs? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2002.

MENDES, Valber. *Um “homem da Revolução”*: A atuação política de Ernani Sátyro como governador da Paraíba (1970-1975). Campina Grande: Dissertação de mestrado – UFCG, 2019.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Online: vol. 23, nº 66, 2008, p. 11-43.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2009, p. 13-38.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013, p. 9-33.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: Do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). *Saeculum*. João Pessoa, v. 31, 2014, p. 285-304.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira (1955/1964): Uma análise a partir da trajetória de José Maria Alkimin. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, vol. 21, 2017, p. 356-384.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; Earp, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 207-242.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar. Pensando e escrevendo sobre História na América Latina. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar (org). *América de múltiplas regiões*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 9-19

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 32.

RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Conciliação e reforma no Brasil: Um desafio histórico político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. *Para além do “sim, senhor”*: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2016.

_____. Partido político, conservadorismo e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1966-1968). *Saeculum*. João Pessoa, vol. 39, jul-dez 2018, p. 133-148.

_____. *Poder local, partido político e ditadura militar*: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979). Belo Horizonte: Tese de Doutorado – UFMG, 2021, p. 112.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): A preservação do Legislativo. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: vol. 9, nº 49, 2013, p. 333-358.

Artigo recebido para publicação em 27/01/2022
Artigo aprovado para publicação em 07/04/2022